

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 58

Aos três dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e nove, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro na terceira reunião da sessão ordinária de Novembro, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais José Carlos da Silva Neves e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários no impedimento do Primeiro Secretário eleito, António dos Santos Costa e com a presença dos Vogais, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Elias de Oliveira Vieira, António Ferreira da Silva, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, António José Valente, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Tavares Duarte, Fernando Tavares Marques, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes e Artur José Lopes Lobo.

Pelas 17 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Rogério da Silva Leitão, Albertino Moreira de Oliveira, Jorge Manuel do Nascimento, António dos Santos Costa, Carlos Alberto de Jesus Moreira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Helder Oliveira dos Santos Filipe, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, José Fernando da Silva Caldeira Bettencourt, Fernando dos Santos Manata, Manuel Simões Madail, Manuel Gaspar Fernandes, Manuel Arede de Jesus, António Norberto da Silva Correia, Amândio Ferreira Canha Júnior e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano e Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

*F. King*  
*[Signature]*

Ainda no uso da palavra, o Presidente submeteu à votação as seguintes actas:

ACTA Nº 48 - Aprovada por dezassete votos a favor e uma abstenção;

ACTA Nº 49 - Aprovada por treze votos a favor e cinco abstenções;

ACTA Nº 50 - Aprovada por treze votos a favor e cinco abstenções;

ACTA Nº 51 - Aprovada por dezasseis votos a favor e duas abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto da Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, nos seguintes termos: - "é só para declarar que me abstive na votação das Actas, porque não estive presente em nenhuma dessas reuniões a que elas se referiam".

Imediatamente a seguir o Presidente submeteu à Assembleia, aprovação da proposta de um Voto de Pesar pelo falecimento do Snr. Director dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Aveiro, Francisco Jorge dos Santos Maçarico, a qual mereceu aprovação por unanimidade.

Continuando no uso da palavra o Presidente informou que se seguirá um período de antes da ordem do dia o qual terá a duração regimental de uma hora.

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usou da palavra o Vogal José Luís Christo, para inquirir a Câmara a propósito de uma notícia veiculada num órgão da Comunicação Social, que refere que tinham sido recebidos em Lisboa pelo Snr. Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, os representantes das Câmaras Municipais de Aveiro e Ílha-

*Flores*  
*Silva*  
*31*  
*AM*

vo, aos quais teriam sido entregues documentos relacionados com os troços finais dos acessos ao Porto de Aveiro; manifestando seguidamente o desejo de saber até que ponto isto corresponde à verdade e se o Snr. Presidente da Câmara, teria eventualmente algumas notícias a dar a respeito dessa reunião.

Ainda no âmbito da mesma notícia, solicitou esclarecimentos à Mesa, à cerca do conhecimento de uma eventual audiência que venha a ser concedida, dado que a notícia refere que a Comissão Cívica que se formou no seguimento de debates feitos nesta Assembleia Municipal iria também ser recebida.

Continuando no uso da palavra manifestou o seu profundo desgosto pelo modo como o processo da construção dos acessos finais ao Porto de Aveiro e em especial do I.P.5, tiveram o seu epílogo, o seu desgosto também pela reconhecida teimosia dos tecnocratas e do actual Governo em realizar aquilo que planearam mal, dado parecer-lhe que hoje estará muito mais evidente para aqueles que não queriam acreditar, que aquilo que foi projectado, foi projectado com miopia e estrabismo.

Seguiu-se no uso da palavra o Presidente da Mesa, para informar que não foi obtida qualquer resposta das entidades oficiais, apesar de se ter diligenciado através mesmo do Governo Civil de Aveiro.

No âmbito do mesmo problema usou também da palavra o Presidente da Câmara, que referiu que de facto a Câmara foi convidada a semana passada, através de um ofício do Snr. Governador Civil de Aveiro, para uma reunião. Inicialmente presumia-se que essa reunião fosse em Aveiro, dado que o convite era do Snr. Governador Civil, mas foi efectivamente em Lisboa que a dita reunião teve lugar e na Secretaria de Estado das Vias e Comunicações; tendo estado presentes à mesma: - o Snr. Secretário de Estado, respectivo, o Presidente e os dois Vice-Presidentes da J.A.E., Câmara Municipal de Ílhavo, Junta de Freguesia da Gafanha, J.A.P.A a Câmara de Aveiro, através do seu próprio Presidente e a Associação Amigos da Terra. Tendo o Snr. Secretário de Estado, comunicado que o problema em questão era assunto arrumado e que não seria objecto de mais análises.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal António Ferreira da Silva, para manifestar o seu regozijo pela passagem do 25º Aniversário do Padre José Félix de Almeida, à frente da

4. *Thiery*  
*Paulo*

Paróquia de S. Bernardo, onde tem desenvolvido obra notável na vertente sócio-cultural, quer na vertente Religiosa. Por tal facto propôs à Assembleia que aprove um voto de congratulação pelo trabalho desenvolvido ao longo destes anos e que se dê conhecimento da deliberação ao Padre José Félix de Almeida.

Submetido à consideração da Assembleia foi aprovado por unanimidade o seguinte voto de congratulação:

#### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em três de Fevereiro, deliberou por unanimidade, manifestar ao Reverendo Padre José Félix de Almeida, grande admiração e profundo reconhecimento pela notável obra Social que, desde há vinte e cinco anos, tem vindo a desenvolver na Paróquia de S. Bernardo, solidarizando-se assim às justas e festivas homenagens.

Continuando no uso da palavra e a concluir a sua intervenção alertou para o caos do estacionamento na cidade de Aveiro. Considerou que está a tornar-se cada vez mais difícil vir à cidade, dada a dificuldade resultante do problema de estacionamento. Pensa no entanto que tentar deslocar o actual estacionamento para a periferia do centro da cidade, deve ser uma preocupação futura de qualquer elenco Camarário.

Neste momento deu entrada na Sala o Vogal Armando Dinis Vieira.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Carlos Jerónimo e antes de tecer alguns comentários relativos aos acessos ao Porto de Aveiro, começou por solicitar esclarecimentos à cerca de todo o processo de desbloqueamento, bem como da transformação e do futuro aproveitamento da "Fábrica Jerónimo Pereira Campos". Quis lembrar também que aquando da discussão do Plano de Actividades de 1988 e a propósito de uma série de comentários que então se teciam na introdução ao referido Plano, teve oportunidade de apresentar uma sugestão, que constata não ter tido seguimento, referindo-se concretamente ao estudo sobre o debate - "perspectivas de Aveiro, quanto a todo o caminho que importa desbravar, como o Snr. Presidente dizia, polémicamente Aveiro é a capital económica, Coimbra é a Capital Política, a pretexto de tudo isto, insisti e houve na altura acolhimento sob uma forma que obviamente teria que ser encontra-

da, que se devia promover uma iniciativa qualquer desse tipo, para que todas as pessoas responsáveis, todas as entidades que o quizessem fazer, pudessem participar num debate muito profundo, sobre o futuro de Aveiro". Acontece que isto não teve andamento e também no Plano de Actividades para 1989, não se faz qualquer tipo de referência que possa apontar para esta iniciativa. É uma questão que disse deixar em aberto, para eventuais esclarecimentos.

Relativamente aos acessos ao Porto de Aveiro e há duas ou três reuniões transactas, o referido Vogal, disse não voltar a falar mais neste assunto. No entanto e dado o Snr. Presidente da Câmara ter dito que o problema não estava encerrado, pois tinha informações de que a Administração Central tinha dado instruções no sentido de ser estudada a solução Norte; por tal facto volta novamente a ventilar o problema.

Referiu ter afirmado várias vezes aqui nesta Assembleia, que não tinha uma posição definitiva sobre qualquer solução; mas que gostava e disse pensar que esta Assembleia também comungaria da mesma intenção, que deveria ter sido mais esclarecida sobre um assunto que gerou tanta polémica independentemente de quem está a defender as posições que o Governo assumiu ou de quem está a defender posições contrárias. Entende que o que está em causa não são políticas partidárias, mas sim a política Aveirense, em suma a política de Aveiro. Por outro lado considerou também que a Câmara não se empenhou suficientemente e disse ainda que, se calhar, esta Assembleia Municipal também tem a sua quota parte de responsabilidade quanto a uma definição mais correcta e atempada do problema; e isto porque considera que se perdeu demasiado tempo a discutir o problema dos acessos, vindo-se a constatar a consumação dos mesmos, de acordo com as directrizes emanadas da Administração Central. Teve-se conhecimento também que houve uma reunião em Lisboa, com o responsável do respectivo departamento governamental, na qual estiveram presentes as Câmaras Municipais de Aveiro e Ílhavo e aceitou-se como boa a solução da J.A.P.A.. Prosseguindo aquele deputado, coloca a seguinte questão: - se tivesse havido um esclarecimento atempado e um estudo mais profundo e conhecedor de toda esta problemática, decerto que haveria um tratamento diferente do problema - e não se diga também que o problema foi levantado à última da hora - pois aquando do parecer do Conselho Municipal sobre o Plano Director, é feito o alerta, quanto ao acesso ao prolongamento da I.P.5, pois aí chamava-se atenção para o facto



de poder vir a constituir uma barreira, entre Aveiro e o seu enquadramento natural (refere-se às marinhas de sal concretamente).

Referiu também que a primeira vez que alertou para o problema nesta Assembleia, foi em Abril de 1987, portanto considerando bastante a tempo de o assunto ter sido aprofundado e consequentemente merecer um empenhamento diferente, nomeadamente dar a conhecer a todas as pessoas que se empenhavam e se preocupavam com este problema, as várias soluções, os vários prós e os vários contras. Teve também oportunidade de referir numa reunião que teve lugar no Salão Nobre do Município e da qual saiu a tal "Comissão Cívica" - que era importante não se dizer somente que os Ecologistas defendiam que a solução Norte era a melhor; era preciso que os ecologistas fundamentassem, porque é que a solução Norte era melhor! Embora à priori aquele Vogal preferisse a solução Norte, dado que como Aveirense, disse custar-lhe que ali, numa zona que não é nobre, porque não tem sido aproveitada, mas que é muito cara aos Aveirenses se venha a implantar uma barreira que cerceia o horizonte para Aveiro. A finalizar disse que pretendeu deixar de alguma maneira o seu protesto e o seu pesar, relativamente ao problema, pensa que foi mal encaminhado pela Câmara, mesmo por esta Assembleia, que também não teve a capacidade para dar resposta, e a "Comissão Cívica" que não teve igualmente a capacidade de dar resposta atempada e quando se diz atempada, não se reporta à data do surgir do projecto, mas sim aos princípios de 1987, pois aí havia muito tempo de todo este problema ser estudado.

Usando novamente da palavra e a título de esclarecimento o Vogal José Luís Christo, referiu que a "Comissão Cívica", fez "o que fez, e o que tinha que fazer" - estava aguardar ser recebida, pois tanto quanto sabe, o Snr. Secretário de Estado e as pessoas que tiveram que decidir, só ouviram uma das partes. A "Comissão Cívica", estava à espera de poder contradizer as informações que sabia que o Snr. Secretário de Estado, tinha. Disse também que podia afirmar categoricamente que muitas dessas informações são informações que assentam em bases tendencialmente falsas. Relativamente ao factor tempo, no levantar do problema, referiu que a questão foi levantada praticamente desde que se iniciou em mil novecentos e oitenta.

Seguidamente usou da palavra o Presidente da Câmara e referindo-se ao problema do estacionamento na cidade, considerou-o de facto premente e daí que pela primeira vez venha no

72  
*[Handwritten signature]*

Plano de Actividades. Informou também que existe uma deliberação de Câmara, incumbindo o Gabinete de Planeamento da Câmara, de estudar todas as hipóteses de construção de silos para automóveis na cidade de Aveiro; neste momento o Planeamento, tem já um estudo que deverá vir aqui à Assembleia para apreciação dos locais onde eventualmente se implantem os referidos silos. Portanto trata-se de um aspecto que vem referenciado no Plano de Actividades, como preocupação do Executivo.

Abordando seguidamente a problemática relacionada com a antiga "Fábrica Campos", esclareceu que teve uma reunião com o Secretário de Estado do Emprego, Bagão Félix, o qual lhe manifestou o desejo de pretender vir a Aveiro, anunciar abertura do concurso, para a recuperação das referidas instalações. Posteriormente o Secretário de Estado do Emprego, teve o cuidado de telefonar, comunicando que não poderia cumprir com o que previamente havia anunciado, pois entretanto recebeu um ofício de Bruxelas, obrigando aprovação do projecto naquela capital. Ofício esse que aliás teve oportunidade de ler, referindo o mesmo que futuramente nenhuma obra será participada, sem que Bruxelas dê o seu parecer. O próprio Secretário do Emprego, solicitou também à Câmara de Aveiro para que encetasse diligências em Bruxelas, tendentes a acelerar aprovação do projecto, pois trata-se de um empreendimento que se cifra na ordem do meio milhão de contos e como tal impõe-se a sua publicação no Boletim das Comunidades, implicando que o mesmo seja objecto de concurso Internacional. Portanto surgiu este problema, referiu, de qualquer forma foi abordada também a hipótese e a possibilidade de se iniciar já em Aveiro, a Formação Profissional, dentro daquilo que estava previamente programado para o Centro de Formação Profissional. Esclareceu também que os trabalhos de construção deste Centro de Formação, durarão cerca de três anos e meio - o que significaria que em Aveiro nesse lapso de tempo não haveria Formação Profissional - daí a Câmara ter tomado na última reunião uma deliberação no sentido de solicitar ao Instituto de Emprego o início imediato da Formação Profissional, dentro de algumas áreas do programa - nomeadamente no domínio da Electrónica, Construção Civil no âmbito da formação profissional para Pedreiros, Carpinteiros de Toscos, Carpinteiros de Limpos, Electricidade e Cerâmica. O pedido neste momento está formulado e esta formação pode ser ministrada em instalações de carácter provisório. Informou também que

*Thing*  
*Costa*  
B.

houve já recentes contactos - Instituto de Emprego/Câmara, no sentido de se sugerirem instalações provisórias para o Centro de Formação Profissional; significa isto que importa começar já a formação profissional, pois é reconhecido sem dúvida que na Região de Aveiro há de facto carência no campo da mão de obra qualificada e seria economicamente importante e socialmente útil que a Formação Profissional tivesse o seu início já, enquanto decorressem as obras de adaptação da "Fábrica Campos". A terminar referiu tratar-se de uma questão para a qual a Câmara está atenta.

Usando novamente da palavra o Presidente da Assembleia deu o período de antes da ordem do dia como encerrado, passando-se à apreciação e discussão da ordem de trabalhos:

#### ORDEM DE TRABALHOS

#### PONTO Nº 12 - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTOS PARA 1989 - CÂMARA MUNICIPAL/S. MUNICIPALIZADOS-GENERALIDADE

Usando novamente da palavra, o Presidente da Câmara começou por referir que é prática normal antes da apresentação dos Planos e Orçamentos, quer da Câmara quer dos Serviços Municipalizados, os responsáveis directos por estes Sectores, tecerem algumas considerações genéricas e explicativas das opções que nortearam a elaboração dos mesmos, prometendo no entanto ser breve.

Começou por realçar o facto de que este Orçamento para oitenta e nove, é sem dúvida o maior orçamento da Câmara de Aveiro/S. Municipalizados, de todos os tempos e isto resulta não sómente da incidência inflacionária sobre a matéria prima/mão de obra; mas fundamentalmente de um volume espectacular de obra projectada. Considerou seguidamente que não há empolamentos excessivos,



nem empolamentos intencionais, no entanto referiu que um Orçamento no montante de cinco milhões de contos para a Câmara/S.Municipalizados, não é de modo nenhum um orçamento que se possa dizer normal.

Esclareceu seguidamente que o que pesa substancialmente nestes valores são: - as verbas para Habitação Social, (na ordem de um milhão e seiscentos mil contos), que correspondem a transferências da Administração Central, para o efeito concreto do empreendimento de "SANTIAGO"; pesam igualmente os Fundos Comunitários, dos quais disse, se tem feito um bom aproveitamento; considerando que a Câmara de Aveiro, neste aspecto tem sido relativamente exemplar, podendo-se eventualmente fazer mais, mas o facto é que se tem feito alguma coisa no capítulo de obras, considerou. Aproveitou-se também tudo aquilo que em "plafond", nos tinha sido atribuído pelos Fundos Comunitários, chamando atenção para o facto de que os montantes apresentados, não correspondem de modo nenhum às receitas normais da Câmara de Aveiro, são antes resultantes de uma situação conjuntural que são os Fundos Comunitários. Há também uma previsão de receitas extraordinárias significativas, na ordem de algumas centenas de milhares de contos, em consequência da venda de património Municipal (terrenos) - Forca/Vouga; Sá/Barrocas, que podem de facto vir a fazer a cobertura financeira de uma parte do Orçamento.

Destacando de seguida as opções fundamentais neste Plano e numa análise muito genérica, verifica-se que a Habitação Social, é efectivamente o grande investimento ou melhor a grande prioridade deste Plano, a qual absorve uma verba significativa na ordem de um milhão e seiscentos mil contos; considera-se também como significativo as Infraestruturas-Básicas - Água e Saneamento e referiu que relativamente aos Serviços Municipalizados, nunca tiveram um Orçamento e Plano de Actividades tão elevado. Referindo-se ao ano transacto considerou-o de grande actividade; por outro lado disse também não ter havido grande preocupação por parte da Câmara em publicitar muitos destes investimentos, mesmo no Boletim Municipal, de Janeiro, ao qual tinha acabado de dar uma rápida leitura, considerou estar muito aquém de dar uma panorâmica mínima do que de facto aconteceu nos meses de Dezembro/Janeiro, na Câmara Municipal a nível de investimentos.

No Sector do Abastecimento de Água, está-se a fazer um esforço para se alcançar uma cobertura na ordem dos 100%,

no Capítulo do Saneamento, os trabalhos prosseguem a bom ritmo. Considerou também uma das grandes componentes da actividade da gestão Municipal - as infraestruturas básicas - adiantando que a Câmara deve aproveitar ao máximo os Fundos Comunitários, é certo que a Câmara tem que participar com os restantes 50%, o que onera significativamente o Plano de Actividades da Câmara, mas ou se aproveita os Fundos Comunitários e faz-se como no ano transacto cerca de oitenta e noventa Kilómetros de rede de abastecimento de água, o que é significativo porque depois há também o problema da reposição do pavimento e consequentemente todos os incómodos que isso traz ao cidadão, mas ou se aproveita os Fundos Comunitários para se efectuar estes trabalhos e lançar definitivamente o Saneamento ou a Câmara de Aveiro por si só, das receitas normais, vai sem dúvida ter muita dificuldade em fazê-lo.

No âmbito da Cultura realçou também que existe de facto um orçamento, acima do que é normal e aí pesa fundamentalmente a construção da nova Biblioteca Municipal, que é sem dúvida um grande investimento na área da Cultura (na ordem dos cem mil contos). Prosseguindo disse pesar igualmente a Rede Viária, numa zona em expansão como é o concelho de Aveiro, traçando seguidamente uma panorâmica dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos na região de Aveiro a nível de Rede Viária e isto para além dos arruamentos nas Freguesias, embora o panorama não seja muito mau, considera que há situações nas Freguesias que importa resolver a nível de asfaltamento.

Concluindo a sua intervenção o Presidente da Câmara deu nota também que o Equipamento Social tem um peso também muito significativo neste Orçamento e finalmente considera que este Plano é um Plano fundamentalmente virado para a qualidade de vida do cidadão, para o bem estar das pessoas, não esquecendo no entanto o investimento reprodutivo ou seja a implementação das novas Zonas Industriais, pois considera este tipo de investimento por sua vez gerador de riqueza e criador de novos postos de trabalho, sendo uma componente também importante deste Plano, mas fundamentalmente os grandes investimentos estão ligados à qualidade de vida nomeadamente à habitação, ao equipamento Social, às infraestruturas e à Cultura.

Neste momento entrou o Vogal Jorge Manuel do Nascimento.

Seguiu-se no uso da palavra o funcionário

Rui Barros, que deu explicações de carácter técnico legal sobre o Orçamento e dos mecanismos que orientaram a feitura do mesmo, colocando-se seguidamente à disposição da Assembleia para eventuais esclarecimentos que possam surgir ao longo do debate.

Imediatamente o Presidente da Mesa pôs à discussão na generalidade o PONTO Nº 12- PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTOS PARA 1989 - C.M./S.M.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Carlos Jerónimo para tecer alguns comentários na generalidade a este Plano de Actividades e que disse ser ao fim e ao cabo o retomar de uma crítica que tinha abandonado nestes dois últimos anos, refere-se ao facto de se ter apresentado um Plano de Actividades que considera ter muito de Plano de Intenções. Volta a retomar neste Plano de Actividades essa crítica, porque na realidade disse pensar que há um "forcing" demasiado grande para pôr em prática em oitenta e nove, todo este enorme volume de trabalhos, os quais a seu ver, considera não haver grandes hipóteses de levar a cabo, como de algum modo se verifica pelos inúmeros objectivos que estão inseridos neste Plano de Actividades.

Imediatamente a seguir tomou a palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, para passar a ler um comentário suscitado pela leitura do Plano de Actividades e que se transcreve na íntegra: - "É curioso verificar como muitas vezes, na vida real, deparamos com situações de "absurdo", situações essas que pensamos só existirem na mente ficcionista de alguns escritores mais originais. E se utilizo aqui a palavra "absurdo" é porque ela realmente é a melhor forma, a maneira mais exacta, de caracterizar o que hoje se vai passar nesta Assembleia Municipal. Tudo isto deriva do facto de termos no primeiro ponto da nossa convocatória, apreciação do Plano de Actividades para 89, quando na realidade não existe um Plano de Actividades.

A falta de um preâmbulo, uma nota introdutória, onde o Executivo Municipal delineasse as prioridades e objectivos em que se baseou para a execução deste documento, determina que ele não possa ser considerado como um Plano de Actividades mas sim como uma mera listagem de obras possíveis, prováveis, e necessárias, com as respectivas verbas igualmente possíveis, prováveis e necessárias. Não há subjacente uma filosofia política a informar a actuação da Câmara para 89.

E o absurdo surge quando, verificando que não

*Shing*  
*[Handwritten signature]*

há Plano, somos obrigados a discutir e votar um Plano. O Plano é por outro lado omisso na calendarização dos projectos e no seu reporte a anos anteriores e para os anos seguintes quando se trata de projectos plurienais.

Estamos por outro lado, a cometer uma ilegalidade ao discutir e votar um Plano para 89 já em Fevereiro do mesmo ano, quando isso deveria ter sido feito até ao fim do ano passado.

As Juntas de Freguesia não tiveram, igualmente, conhecimento das verbas que lhes seriam atribuídas, em tempo, daí que tivessem que elaborar os seus orçamentos baseando-se em elementos do ano anterior.

Verificamos que mais uma vez a parte rural do concelho fica prejudicada em relação à parte urbana.

Temos mágoa ao constatar que há discriminação no tratamento que o Executivo dá às Juntas do P.S.D..

Os Presidentes não são ouvidos sobre as obras que vão ser executadas nas suas Freguesias, e são ultrapassados muitas vezes por "poderes paralelos" criados não sabemos com que intenções.

Esperemos que este ano haja uma distribuição mais equitativa na execução das obras ao longo do ano, para que elas não venham a ser transferidas indefinidamente, como acontece por exemplo na Freguesia de Eixo.

Não vou maçar esta Assembleia com a leitura exaustiva do levantamento que foi feito nesta Freguesia das obras que transitaram de Plano para Plano desde 1983 até hoje, mas vou citar pelo menos meia dúzia, para dar consistência às afirmações que faço.

1 - A elaboração do projecto do Centro Social de Eixo e início das obras. Este ponto arrasta-se desde 83 sem ser contemplado. Em 1988 houve um anteprojecto e aparece no chamado "Plano de Actividades" para 89;

2 - Elaboração do projecto e arranque das obras da Unidade de Saúde de Eixo. Desde 84 que se arrasta, e que transita e aparece indicado para este ano mais uma vez;

3 - Construção da Capela Mortuária do Cemitério de Eixo. Começou a ser mencionada em 85, no final do ano de 87 foi-lhe atribuída uma verba de 750 contos, durante o ano de 88

esteve a obra parada por falta de verba e não surge no "Plano de 89;

4 - Continuação do abastecimento de água ao domicílio. Em 84 não se fez quase nada, em 85 não houve qualquer avanço na rede, em 86 avançou ligeiramente mas não foram respeitadas as prioridades indicadas pela Junta o que tem causado sérios transtornos às populações; em 87 as obras estiveram paradas; em 88 igualmente as obras da rede estiveram paradas e surgem agora no Plano deste ano;

5 - Dos 17 arruamentos para alcatroamento desde 83. Em 83 foi feita uma parte e também um pouco em 84. Em 85 não houve alcatroamento. Em 86 houve em Azurva alguns. Em 88 não houve e de todos estes alcatroamentos, transitaram para este ano apenas 4.

Como disse a lista seria exaustiva pois do quadro que me foi fornecido constam mais de trinta obras, a maior parte das quais tem surgido anualmente sem serem depois executadas.

Um ponto que é de extrema actualidade, e de que as populações estão agora a ficar conscientes é o da poluição do meio ambiente. Essa preocupação não tem tido sempre o Executivo Municipal, refiro-me concretamente ao caso de indústrias altamente poluentes que vasam os seus efluentes numa lixeira da Câmara, junto de zonas habitadas. Esses efluentes são altamente tóxicos e são da ordem das 100 a 120 toneladas/dia. As populações queixam-se e receiam pela sua saúde e pela sua segurança.

Evidentemente que o progresso e nomeadamente a implementação da indústria tem os seus custos. Mas hoje temos consciência de que se os custos ecológicos forem grandes demais, põe-se em risco toda a vida do planeta. Aconselharíamos pois que houvesse a preocupação de fazer com que as indústrias que ainda não estão a pensar tratar os seus efluentes a isso sejam pressionadas também pelas autarquias onde estão implantadas. Sabemos que foi aprovada uma lei que obriga este tipo de indústrias a tratarem os seus efluentes quando se instalarem pela primeira vez, e que há um prazo de alguns anos para as que já se encontravam instaladas à data da entrada em funcionamento da lei. Mas, como quem vai sofrer directamente os efeitos são as populações locais, os Municípios devem a todo o custo evitar a destruição do equilíbrio ecológico nas áreas da sua directa jurisdição.

Há esgotos a céu aberto neste concelho, fim



*Heine*  
14.

e princípio da "estrada da Europa". São situações de grave degradação ambiental que não podem ficar votadas ao abandono.

Há uma grande disparidade nos critérios de construção dos centros Sociais e Pavilhões Gimnodesportivos. Para por exemplo, uma população de aproximadamente trezentas pessoas constrói-se um Centro Social praticamente ao lado de outro já existente. Por outro lado, freguesias muito populosas, das mais antigas do concelho, com provas dadas de grande vitalidade cultural - possuindo Rancho Folclórico, Grupo Coral, Grupo de Teatro, Banda de Música, Grupo Desportivo, etc.. - São absolutamente ignorados, anos a fio, plano de actividades após plano de actividades.

Procurámos as razões desta atitude, e chegámos à conclusão desanimadora de que, apenas razões de ordem política lhe estão subjacentes.

Uma vez eleito, um executivo municipal é para todo o concelho, para as Freguesias que lhe são afectas e para aquelas onde outros partidos têm a maioria.

Também não nos parece muito próprio que obras que não surgem no plano de actividades, venham a ser concedidas particularmente a pedido dos Presidentes de Junta como benesses do Município.

A Câmara não tem que fazer favores às freguesias. A Câmara possui as verbas e deve distribuí-las equitativamente pelas obras que há a fazer em toda a área de influência do Município. Não se trata de benefícios que se concedem por amizade, por simpatias ou por qualquer outro motivo. São direitos legítimos das populações que devem ser satisfeitos. Cabe à Câmara sim, gerir os meios financeiros postos à sua disposição e geri-los de uma forma justa, tendo em conta as zonas mais desfavoráveis, para tentar na medida do possível, diminuir os desníveis sociais e outros que existem entre as várias áreas sob o seu controle.

No ano anterior, foi declarado aqui nesta Assembleia, por um Vereador do Executivo Municipal, que no P.I.D.A.C. para 89 Aveiro não tinha sido contemplada, quero aqui lembrar as avultadas verbas que de facto são este ano transferidas do P.I.D.A.C. para Aveiro. 1,7 milhões de contos - 43% do total do distrito - Gostaria também de chamar a atenção para a construção das habitações Sociais em Aveiro, financiadas pelo J.G.A.P.H.E. e pelo I.N.H.

No capítulo do Desporto, refere-se quanto à construção das piscinas (também não financiadas pelo Município) que o atraso na execução da obra se deve, e passo a citar, "a ques-

tões que ultrapassam o clube ou a Câmara".

Lembro que foi a Câmara a responsável pelo embargo da obra, uma vez que, como o meu companheiro de bancada, Eng<sup>o</sup> Mendonça referiu na reunião de 17 de Setembro de 1988, não era correcta a acusação que o Município fazia ao Poder Central, passo a citar "pois o Município sabia ou devia saber que não lhe competia abrir um concurso para uma empreitada em que não era a entidade participada. A participação vinha directa a uma entidade que não a Câmara e por tal facto esta não estava autorizada a abrir concursos públicos ou privados, limitados, para uma obra que só indirectamente lhe dizia respeito".

Lamentamos o atraso e esperamos que finalmente essa obra seja concluída.

Faz-se uma "vaga" previsão de construção de recintos polidesportivos para Azurva, Eixo, Verdemilho e Solposto. Pergunta-se: para quê citar apenas por citar, sabendo que essas obras não vão ser feitas?.

Como de costumê, a crítica que muitas vezes foi aqui utilizada por nós ao longo dos anos, volta a ser pertinente - Não está certo que se indiquem obras que o executivo sabe que não vai realizar, até porque nem sequer tem os projectos. Sabe o Município melhor que nós que os financiamentos só podem ser concedidos mediante projectos apresentados e aprovados. Sabemos que há financiamentos disponíveis para Aveiro, que não são concedidos, porque não existem os respectivos projectos. Penso que se deve ser mais realista e mais pragmática para aproveitar para o concelho tudo o que está à disposição e acaba por ser desperdiçado.

Sonhar é bonito, mas os sonhos têm que ser concretizados para efectivamente serem transformados em benefício para todos.

Uma das dificuldades que sempre sentimos em relação aos planos de urbanização do Município é o facto de quase todos os projectos apresentados à Assembleia, não terem carácter definitivo, pois acabam por ser revistos e alterados mais do que uma vez.

Em conclusão. Acabaria como comecei. Não há de facto um plano de actividades para 89.

Foi-nos presente apenas uma lista de obras necessárias no concelho, com as respectivas verbas, obras essas cuja probabilidade de realização é muito problemática.

Este documento apresentado hoje à Assembleia Municipal é um documento político, a pensar nas próximas eleições autárquicas e não um verdadeiro plano de actividades que traduza uma filosofia política de actuação, onde se possam ver quais os objectivos e prioridades do Executivo Municipal.

Lamentamos o facto."

Retomando a palavra e passando à análise da intervenção anterior, o Presidente da Câmara, disse compreender perfeitamente o tipo de objecções levantadas pela referida Vogal, pois como é sabido faz parte de uma bancada diferente da maioria política que está na Câmara e como tal considerou perfeitamente normal este tipo de intervenção, é a sua função, é a sua maneira de sentir e como é óbvio merece o devido respeito.

No entanto fez questão em corrigir algumas incorrecções proferidas; primeiramente quando fala no P.I.D.A.C. e na verba de 1,7 (um milhão e setecentos mil contos) disse pensar que se refere ao P.I.D.A.C. dos investimentos públicos - certeza que é capaz de se estar a referir à I.P.5 - na variante à 235, é capaz de estar a falar da verba que está incluída no P.I. D.A.C., para a construção do Centro de Formação Profissional, portanto o PIDAC, do Estado e não propriamente o PIDAC, que diga respeito ao concelho, às instituições do concelho, pois aí o PIDAC é pobre, dado que este ano tem somente as Piscinas do Beira-Mar. Esclareceu que quando se refere a PIDAC, não é o PIDAC de investimentos da Administração Central, mas sim ao PIDAC de investimento directo das instituições ou das Associações, que depois têm uma participação do Estado. Portanto nada de confusões com o PIDAC de um milhão e setecentos mil contos.

Relativamente à questão das Piscinas do Beira-Mar, esclareceu também que nunca houve qualquer embargo da obra - considera que é incorrecto dizer que houve embargo. Pois foi a solicitação da própria Câmara que a obra parou e isto em consequência das indefinições que rodearam o lançamento da obra. Há incorrecção também quando se diz que a Câmara não devia abrir concurso, pois a Câmara efectivamente não abriu concurso algum, dado que não tinha legitimidade para o fazer, quem abriu o concurso foi o Beira-Mar, dado ser este Clube o suporte Jurídico da participação e o dono da obra participada, portanto foi este Clube também que

pediu a administração directa da obra e foi a este Clube também que foi recusada a administração directa e não à Câmara.

Disse ainda que onde a Câmara tem uma participação directa é efectivamente na Piscina de 50 metros, a qual está já em fase de construção e que não é comparticipada - esta sim é obra da responsabilidade da Câmara.

Outra questão que se coloca também é o facto da Vogal Maria Antónia, afirmar que há financiamentos para Aveiro que não são aproveitados por falta de projecto. Sobre esta matéria o Presidente da Câmara, solicitou à referida Vogal que lhe indicasse, quais os financiamentos que não poderam ter sido postos em execução na Câmara de Aveiro por falta dos referidos elementos e garantiu que se porventura houver alguns previstos pelo Estado para o concelho de Aveiro, que não tenham projecto, compromete-se assumir a responsabilidade de num prazo máximo de dois meses aprontar seja que projecto for. Disse também que a Vogal Maria Antónia, poderia prestar um bom serviço ao concelho de Aveiro e à Câmara ao informar esta Assembleia e o Executivo Camarário de quais os financiamentos da Administração Central que estão neste momento parados aguardar a elaboração de projecto, quer sejam de Instituições Culturais, Recreativas ou da própria Câmara.

Sallentou também que não esteve na mente do elenco Camarário ao elaborar o Plano, orientá-lo no sentido das próximas eleições Autárquicas e isso é patente no próprio Plano de Actividades, pois considerou que é uma sequência natural do Plano de Actividades do ano transacto.

Relativamente ao facto dos Presidentes de Junta P.S.D.'s não serem ouvidos, solicitou ao Vereador Victor Silva que fale sobre isso, dado que foi este Vereador que fez os contactos; agora que haja uma Junta P.S.D., que instada e solicitada várias vezes para indicar à Câmara, quais as suas prioridades em matéria de trabalhos a executar, não o tenha feito três anos seguidos e que faça aprovar numa Assembleia de Freguesia, uma relação de obras a levar a efeito pela Câmara, é evidente que o Executivo não pode aceitar este estado de coisas, porque como é óbvio não é uma Assembleia de Freguesia, que dita o Plano de Actividades da Câmara, isto seria pois uma inversão ética das situações, com a qual a Câmara de Aveiro não pode pactuar. No entanto referiu que apesar desta Junta de Freguesia ter tido este tipo de comportamento a Câmara de Aveiro teve a preocupação de não prejudicar

as populações de Eixo e mesmo sem o Presidente da Junta e sem a Junta de Freguesia, dar qualquer relação três anos seguidos, teve-se a preocupação de tentar incluir obras na Freguesia de Eixo com a intenção de as executar.

É evidente que a Junta tem que dar alguma colaboração e no que respeita à projectada Unidade de Saúde de Eixo, a colaboração não tem sido a melhor, pois não houve a preocupação mínima de efectuar contactos com os Serviços Médicos Sociais para se indagar de qual o programa para o Centro de Saúde de Eixo, vendo-se a Câmara na contigência, de entregar a um Vereador o problema da Unidade de Saúde de Eixo. Seguidamente endereçou um convite à Vogal Maria Antónia para lhe mostrar toda a documentação relativa ao problema, para que possa assim ajuizar melhor da questão e saber das razões pela qual a mesma ainda não arrancou.

A finalizar considerou também que um Plano de Actividades não é só pelo facto de conter muitas páginas introdutórias, com uma linguagem muito bonita, com muitas considerações, pois a parte introdutória do mesmo é fundamentalmente aquilo que o seu autor lá quiser inserir, e o que conta sob o ponto de vista do Presidente, é o que dizem os objectivos e as obras que os mesmos traduzem e as verbas que lhe estão afectas a cada um deles, isto é que diz realmente do Plano e daqui é que se tiram as ilações sobre quais as prioridades.

Usando seguidamente da palavra o Vereador Victor Silva, abordou a questão relacionada com as Juntas de Freguesia que alegadamente não foram ouvidas, esclarecendo que de facto foram todas ouvidas menos a Junta de Freguesia de Eixo; mas se assim aconteceu as culpas não <sup>podem</sup> ser imputadas à Câmara, dado que esta mesmo assim teve a preocupação de entrar em contacto telefónico com o responsável para que fizesse o rol de carências da Freguesia para inclusão das mesmas em Plano.

Referindo-se seguidamente à problemática dos resíduos industriais da FUNFRAP, informou que o problema foi levantado oportunamente, tendo-se deslocado a Aveiro, Técnicos da CCRC e da Direcção Geral do Ambiente. Está-se neste momento a proceder análise desses resíduos industriais despejados por aquela empresa, os quais são na ordem das cem toneladas/dia, libertos de metanol; a quantidade que contém de facto essa substância química, cifra-se em cinco toneladas/dia e essas ficam depositadas dentro do recinto da fábrica. Há também uma quantidade de 100



toneladas/dia de areias resinosas que está a ser neste momento objecto de algum controle. A Direcção Regional do Ambiente tem conhecimento do problema e está a fazer as análises possíveis para posteriormente informar a Câmara do grau de toxicidade desses resíduos a fim de que possam ser lançados na lixeira Municipal ou se eventualmente existir algum problema terão os mesmos que ser incinerados na própria Fábrica, antes de virem cá para fora. A terminar disse estar-se aguardar o resultado das análises a fim de posteriormente ser dado o tratamento adequado ao problema.

Seguiu-se no uso da palavra o Presidente da Mesa que deu como encerrada a discussão na generalidade, do Plano de Actividades. Dado que não se seguiram mais intervenções nem pedidos de esclarecimento, submeteu à votação na generalidade o PLANO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 1989, tendo o mesmo merecido aprovação por quinze votos a favor e cinco abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Carlos Jerónimo, nos seguintes termos: - "queria só declarar que me absteve pelas razões que enunciei quando fiz a minha intervenção sobre a generalidade, por considerar que este Plano, extravasa bastante a capacidade, penso eu, que a Câmara tem de executar todas estas obras; volto a dizer que, retomou-se um pouco a perspectiva que anteriormente nós enunciávamos no Plano de Intenções, mas absteve-me e não votei contra porque penso que obviamente este Plano tem muitíssimas coisas favoráveis para Aveiro, que importa levar a cabo".

Seguiu-se também uma declaração de voto do Vogal Armando Vieira, nos seguintes termos: - "absteve-me, embora considerando que a Freguesia de Oliveirinha, é contemplada com algumas obras de pequena monta, com as quais nos congratulamos, mas pela razão de que as obras que nós consideramos mais importantes para a Freguesia de Oliveirinha não terem sido contempladas".

Seguidamente o Presidente da Mesa, interrompeu os trabalhos para o jantar, eram 20,00 Horas.

Pelas 21,30 Horas foram reiniciados os trabalhos com a presença dos seguintes membros; Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais António dos Santos Costa e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários e com a presença dos Vogais José Carlos da Silva Neves, Jorge Manuel do Nascimento, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Elias de Oliveira Vieira, António Ferreira da Silva, Maria Antónia Corga de Pinho e Melo, António José Valente, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes e Artur José Lopes Lobo.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Rogério da Silva Leitão, Albertino Moreira de Oliveira, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, Carlos Alberto de Jesus Moreira, Carlos Candal, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, José Fernando Caldeira Bettencourt, Manuel Simões Madail, Manuel Gaspar Fernandes, Manuel Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Amândio Ferreira Canha Júnior e Libério da Silva Santos.

PLANO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL  
PARA 1989 - ESPECIALIDADE

OBJECTIVO 01 - EDUCAÇÃO

Usando da palavra o Vereador Celso Santos, fez uma explanação à cerca dos programas constantes do objectivo em análise, colocando-se seguidamente à disposição da Assembleia para eventuais esclarecimentos.

Entretanto saiu o Vogal Artur José Lopes Lobo e deu entrada na Sala o Vogal António Norberto da Silva Correia.

Aberto o período de apreciação tomou a palavra o Vogal António Ferreira da Silva para realçar a continuação do esforço desenvolvido pela Câmara Municipal no âmbito da Educação e isto no aspecto da conservação, manutenção, e arranjo das Escolas Primárias.

Deu nota também de um facto importante que teve oportunidade de constatar numa Escola Primária, que casualmente visitou, apercebeu-se que havia tanto da parte dos alunos como dos Professores, um certo gosto em estar na Escola e isto resultante por certo do bom ambiente que esta oferece. Outro aspecto com que se congratula também é o facto de passar a constar também verba atribuída para material didáctico, pois torna-se evidente para toda a gente que o material hoje existente nas várias Escolas, tornou-se obsoleto com o decorrer dos anos. Considerou no entanto que a verba atribuída é escassa face às carências que são óbvias. A finalizar chamou atenção para a carência de pessoal Auxiliar de Limpeza, que se faz sentir em vários estabelecimentos de Ensino e para a necessidade de se construirem mini-Parques Desportivos, Parques Desportivos, estes mais no aspecto de equipamento, nomeadamente tabelas de Basket, bolas distribuídas etc. , que não no aspecto de instalações, pois considera que pela via da parte lúdica do desporto, a criança pode obter bons resultados na globalidade das matérias. Por último solicitou esclarecimentos sobre o projecto "Valorem"

Neste momento entrou na Sala o Vogal Helder Oliveira dos Santos Filipe.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Carlos Jerónimo e começando pelo Ensino Pré-Primário e dado que o Orçamento prevê uma verba de quatro mil contos para a construção de quatro novas Salas para as pré-primárias, pretendeu saber se a Câmara de Aveiro, já tem os locais para o efeito e se o seu arranque será imediato, tendo em vista a sua conclusão ainda este ano.

Congratulou-se também com a inclusão de uma verba para despesas de expediente, limpeza, aquecimento e material didáctico, pois era uma verba que não estava consignada com esta dimensão nos Planos anteriores. No entanto da verba consignada de três mil contos, pretendeu saber qual a fatia que cabe ao material didáctico.

Referindo-se ao projecto "Valorem" manifestou o desejo de ser informado relativamente à verba de cinquenta e dois mil contos que vem consignada, pretendendo saber qual o significado em termos de participação da Câmara e qual o quantitativo que vem dos Fundos Comunitários.

A finalizar referiu que aquando da discussão do Plano de Actividades de 88, teve oportunidade de lembrar a pro-

pósito de Escolas Preparatórias, para quando é que está prevista a construção da Escola Preparatória de Cacia e se entretanto foram desenvolvidas algumas diligências nesse sentido.

Neste momento deu entrada na Sala a Vogal Maria Josefa Martins Cipriano.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Jorge Nascimento, para solicitar esclarecimentos nomeadamente no aspecto da definição das responsabilidades Governo-Câmara em questões de pagamento e ainda na definição dessas responsabilidades relativamente à construção de novas Escolas. Alertou também para a necessidade urgente na execução do projecto da Escola Primária de Santiago, dado que como é sabido está em grande desenvolvimento o Plano de Construção de Fogos em Santiago, os quais provavelmente irão ainda ser habitados no decurso de oitenta e nove, o que acarretará inevitavelmente o acréscimo populacional e consequentemente uma densificação de alunos que se tornará intolerável na Escola da Freguesia da Glória.

Relativamente à Escola de Sá-Barrocas e antes que a Urbanização da referida zona comece a ser posta em prática, não vê à priori necessidade de se incluir a construção de uma Escola neste Plano de Actividades, a menos que se vise de facto com isto, que a Escola venha a ser frequentada pela população escolar de outras zonas. Por último e dado que o programa 02 refere o encerramento da Escola do Magistério, pergunta se esta é a Escola de Formação de Professores e se está em vista o seu encerramento e quais os motivos.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Fernando Tavares Marques e reportando-se ao programa do Ensino Pré-Primário, regozijou-se pelo facto de finalmente irmos ter em Santiago o Ensino Pré-Primário, o que considera como uma das necessidades prioritárias. Informou também que tem desenvolvido esforços conjuntamente com o Vereador Celso Santos, no sentido de se encontrar um espaço adequado à instalação da pré-primária no lugar de Vilar, simplesmente apesar das fortes preocupações neste aspecto não foi possível até ao momento encontrar espaço. Finalmente apelou para que a Câmara tome em linha de conta o problema da limpeza da Escola de Vilar, dado que por razões diversas este trabalho já teve que ser executado pelos próprios professores, o que do seu ponto de vista não será muito correcto.

Neste momento entrou na Sala o Vogal Fernando dos Santos Manata.

Retomando a palavra o Vereador Celso Santos começou por referir no âmbito das questões suscitadas pelo objectivo Educação, que de facto o material didáctico utilizado pelas várias Escolas é sem dúvida obsoleto, por outro lado torna-se difícil também a sua escolha e a Câmara nesse aspecto não pode ter a veleidade de pretender acertar na escolha do melhor material didáctico, pois este é diverso e qual deles também o mais caro. Admite no entanto que a importância de três mil escudos atribuídos por sala para a compra desse material não é de modo nenhum suficiente, mas trata-se do arranque de um processo novo e o criar de um hábito que naturalmente agora pelas sugestões e pelas queixas, enfim estas no bom sentido apresentadas pelos professores, possa conduzir a que a Câmara futuramente venha a reforçar essa verba. O objectivo desta verba é também a de permitir aos professores fazerem a substituição gradual do material didáctico considerado obsoleto e de dar às Escolas do Ensino Primário, aquilo que o Ministério tem dado às Escolas Secundárias e Preparatórias, que é ao fim e ao cabo um fundo em dinheiro para ser gerido autónomamente.

Referiu também que informação recente chegada às Câmaras Municipais, esclarece que compete às Câmaras, dado que o antigo Código Administrativo não foi revogado neste aspecto, a atribuição de verbas para expediente e limpeza às Escolas Primárias. É evidente que esta distribuição de verbas para expediente e limpeza, para material didáctico, para aquecimento, passam sempre pela colaboração das entidades Escolares ou seja em conformidade com as propostas que a Delegação Escolar apresenta.

No que se refere às Auxiliares de Limpeza considerou o caso mais complicado, de facto há parâmetros que regem a colocação deste pessoal nas Escolas e que por força de diploma legal se chamam agora Auxiliares de Acção Educativa, afastando-se cada vez mais em consequência da promoção na carreira, daquela ideia que existia de que era pessoal só para limpeza - de facto não é assim; como Auxiliares de Acção Educativa, já têm outro tipo de funções e daí as carências que se fazem sentir no aspecto de limpeza das Escolas, as quais se desejam as mais limpas e asseadas possíveis. Portanto isto traduz uma melhoria profissional deste pessoal e que naturalmente considera certa, só que não é acompanhada depois pela criação de uma outra estrutura para se manter o pessoal de Limpeza.

Presentemente o que está acontecer é a atribuição



de uma verba às Direcções Escolares, isto no âmbito do Ensino Primário, com a qual as Direcções Escolares, vão recrutando pessoal à tarefa ou à hora para efectuarem a limpeza que se impõe, obstando-se assim a que os professores a façam.

Referindo-se aos mini-parques desportivos, disse comungar perfeitamente da ideia e lembrou que houve uma fase em que eles existiram subsidiados pela Delegação dos Desportos, que fornecia o respectivo equipamento Desportivo, pensando que as Escolas podem de novo motivar-se no sentido de solicitarem apoio à Delegação de Desportos e a Câmara dar a sua colaboração no que for necessário.

No âmbito do projecto "Valorem" - adaptação das instalações escolares a este projecto (aquecimento) referiu que a verba inscrita corresponde à totalidade do projecto "valorem". A proposta foi remetida para os organismos dos Fundos Comunitários, houve inicialmente alguma hesitação se de facto se devia aproveitar esta oportunidade que nos era oferecida, dado que o concelho onde estamos inseridos, não é de facto uma zona de muito frio e as Escolas estão de uma forma geral servidas de energia eléctrica, há também o gás - mas perante a possibilidade de obter este Fundo Comunitário foi efectivamente feita a proposta, tendo sido aceite no valor de sessenta e dois mil, trezentos e noventa contos, que é a verba inscrita e a parte que cabe à Câmara dispender são dez mil contos, que se destinam exclusivamente a fazer a cobertura do trabalho da instalação do aparelho de queima da matéria prima orgânica.

Este projecto irá ser posto em prática em todas aquelas Freguesias que marginam o Rio Vouga, concretamente Eixo, Requeixo, Eirol, Cacia, brevemente terá lugar o concurso de adjudicação dos trabalhos, que serão escalonados, para se poder ajuizar dos resultados obtidos, dado que neste momento pelo conhecimento que temos parece haver uma reacção por parte das Escolas a este tipo de energia - e isto porque levanta problemas a nível de pessoal para manter a funcionar a caldeira.

No que se refere à construção das pré-primárias, informou que são mesmo para avançar existindo já locais adequados para o efeito. Quanto à Escola Preparatória de Cacia, referiu não ter até à presente data tomado qualquer medida sobre o assunto, no entanto disse, que é um alerta que fica registado.

A finalizar e no que se refere ao problema

levantado sobre construções escolares e a quem compete gerir estes trabalhos, esclareceu que os mesmos são da competência do Ministério da Educação

Terminados estes esclarecimentos e encerrada a discussão do objectivo 01 - EDUCAÇÃO, na globalidade do seu programa, o Presidente da Mesa submeteu-o à votação, tendo merecido aprovação por unanimidade.

OBJECTIVO 02 - CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES.

Retomando novamente a palavra o Vereador Prof. Celso Santos, procedeu à apresentação dos variados projectos inseridos no objectivo em análise, nomeadamente quanto às realizações a levar a efeito no âmbito dos múltiplos programas nomeadamente na Cultura, Desporto e Tempos Livres, as quais a Câmara tem vindo a dedicar um crescente interesse.

Aberto o período de apreciação, seguiu-se no uso da palavra o Vogal Ferreira da Silva e em linhas gerais numa primeira visão deste objectivo, disse verificar-se que o montante da verba atribuída triplica em relação ao ano anterior. Considerou isto muito ambicioso e disse não vislumbrar muito bem as prioridades definidas (talvez por falta de uma explicação preliminar de que o Plano carece), exemplificando referindo-se ao Pavilhão do Clube dos Galitos, e embora possa haver muitas explicações à cerca dos motivos pelo qual o mesmo ainda não arrancou, o facto é que tem que se lutar pela construção do Pavilhão dos Galitos, pois é um Clube que pela sua dimensão bem merece ter um Pavilhão de Desportos.

Usou também da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, que disse perfilhar também de algumas considerações feitas pelo anterior Vogal, e isto quanto ao extenso rol de iniciativas a promover em 89. Suscitou também esclarecimentos quanto a uma referência que é feita relativamente a uma Comissão Consultiva para a Cultura, manifestando o desejo de saber como é que foi criada e quais as pessoas que a constituem.

Seguiu-se no uso da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, para suscitar esclarecimentos à cerca do

Colóquio de Azulejaria, bem como o desenvolvimento na recuperação dos painéis de azulejo, que se previa fosse feita por especialistas na matéria.

Novamente no uso da palavra o Vereador Celso Santos, esclareceu que relativamente à constituição da Comissão Consultiva, foi feito um esforço no sentido de se encontrar vários representantes, representação essa composta por um leque variado de pessoas que representam os mais variados quadrantes no Campo da Cultura e da Arte e que fazem efectivamente parte desta Comissão a convite da Câmara Municipal, dando todo o apoio necessário ao funcionamento da mesma, informando também que posteriormente será entregue uma lista com a indicação dos nomes que a compõem.

No âmbito do Colóquio de Azulejaria, referiu que o mesmo será amplamente publicitado e no que se refere à recuperação dos painéis de azulejo, decorrem neste momento trabalhos tendo em vista a recuperação final dos painéis.

Seguiu-se no uso da palavra o Presidente da Câmara, no âmbito dos Desportos salientou o esforço que a Câmara tem feito e que pretende continuar a fazer no sentido de dotar o concelho com equipamentos desportivos. Como é sabido isto tem sido referido em todos os Planos e neste momento começa a delinear-se de facto alguma coisa a nível de instalações desportivas de algum modo significativo. Refere-se as Piscinas, que tiveram início o ano passado com todos os problemas sobejamente conhecidos; Pavilhão do C.E.N.A.P., em fase de conclusão, deverá ter início a construção do Pavilhão Desportivo do S. Bernardo, obra esta inscrita no P.I.D. A.C., no que se refere ao Pavilhão do Galitos, disse que o mesmo tem uma candidatura para PIDAC, já de há quatro anos e desagradavelmente verifica-se que não foi também incluído no PIDAC de 89, embora se preveja que esta situação venha a ser reconsiderada e que a obra possa ainda arrancar provavelmente no decurso ainda deste ano. Retomar-se-á a construção dos Tanques e Piscinas para a prática e aprendizagem da natação, dentro da filosofia de levar às Freguesias este tipo de equipamento, daí referenciar-se Cacia e Oliveirinha, dado tratar-se de um processo que teve início há anos e está por concluir; no que se refere a Cacia o projecto terá a participação da Portucel, estando previstos trabalhos ainda para este ano; conclusão das instalações desportivas da Baixa de Santo António; prevê-se também o lançamento de nova obra no Estádio Mário Duarte, tendo em vista ampliar a sua capacidade de lotação e

posteriormente avançar-se-á para a sua iluminação, traduzindo estes trabalhos sem dúvida o esforço que a Câmara vem desenvolvendo no campo das instalações desportivas.

Novamente no uso da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, começou por suscitar esclarecimentos quanto ao facto de em Planos anteriores as acções 01 - Construção da Piscina de 50 metros e 02 - Apoio à construção da Piscina coberta do Beira-Mar, sempre aparecerem como Piscinas Municipais, as quais posteriormente se transformaram nas Piscinas do Beira-Mar e agora aparece esta divisão sobre a qual manifestou o desejo de ser esclarecido.

Referindo-se à verba de quinze mil contos de subsídios a distribuir pelas várias Associações Desportivas, que considera uma medida acertada no entanto quis saber se há alguma razão especial para se ter aumentado essa verba de três mil para quinze mil contos.

A terminar referiu o facto de não estar consignada neste Plano, a Pista de Atletismo. Considerou também que com o programa que aqui é apresentado, com apoios à construção de Tanques e Piscinas de aprendizagem, com a construção de recintos polidesportivos descobertos etc., não pode a Câmara continuar a alhear-se de introduzir alguma dinâmica e meios humanos na dinamização destes recintos, visando fundamentalmente um forte aproveitamento dessas infraestruturas.

Retomando novamente a palavra o Presidente esclareceu que a verba de quinze mil constos não é de facto tão significativa como à primeira vista se pode depreender. Na realidade a mesma inclui uma importância que a Câmara deliberou na ordem dos dez mil contos, a atribuir ao Beira-Mar. Ainda na área do desporto e na sequência do esforço que a Câmara vem desenvolvendo no sentido de dotar o concelho de infraestruturas desportivas, levanta-se uma questão que considera sem dúvida importante; dado o extenso Parque Desportivo existente, considerou de facto a criação de uma estrutura humana que dinamize, acompanhe e que faça uma certa gestão desses espaços.

No entanto e dado os bons resultados obtidos nos Campos de Ténis, com a entrega deste equipamento (entrega no sentido da gestão e utilização do equipamento) ao Clube de Ténis, conseguiu-se a sua utilização a quase 100%, o que leva a que a Câmara neste momento esteja muito mais inclinada a que a gestão e dinamização dos recintos desportivos seja feita pelos próprios Clubes locais.

Referindo-se seguidamente à subdivisão de acções no que se refere à construção das Piscinas, esclareceu que se dividiu pelo seguinte: - a construção da piscina de 25 metros é comparticipada pelo Estado, a construção da Piscina de 50 metros é da Câmara e não tem qualquer comparticipação Estatal; e como tal também para efeitos Orçamentais tiveram que ser divididos os dois empreendimentos.

Relativamente à pista de Atletismo, admitiu que a sua não inclusão neste Plano se deveu de facto a uma falha que pode ser corrigida, falha esta que resulta também um pouco em consequência da descrença que nasce à volta de determinados empreendimentos, pois à partida acredita-se neles, no entanto depois na realidade têm uma série de situações que emperram o seu arranque. Informou também que curiosamente hoje a D.G. de Desportos, solicitou à Câmara um encontro tendente a obter-se a localização da Pista de Atletismo. Por tal facto e dado estarem presentes vários membros da Câmara, formolou autorização à Assembleia Municipal, para que no Programa 02 - DESPORTO, seja aditado ao Plano de Actividades, em verba a definir (para não mexer com o Orçamento), o Apoio à Construção da Pista de Atletismo; não tendo a Assembleia levantado qualquer tipo de objecção ao pedido formulado.

Usando da palavra o Vogal Helder Filipe, e ainda na área do desporto referiu-se à ginástica de manutenção e à necessidade da criação de zonas apropriadas para tal prática, bem quanto à necessidade também desta ser orientada por monitores da especialidade.

A finalizar manifestou o desejo de saber qual a posição da Câmara Municipal, relativamente à hipótese de construção de um grande Estádio, com zonas verdes envolventes e estacionamento adequado com localização na periferia da cidade, tendo em vista atenuar o pandemónio de trânsito que se verifica em dias de futebol na zona envolvente do Hospital de Aveiro, aliás sugestão também apontada pelo Conselho Municipal no seu último parecer.

Retomando a palavra o Presidente da Câmara disse pensar que este será um projecto a encarar futuramente e que o mesmo deve ser da iniciativa do próprio Clube o Beira-Mar. Dado que este Clube é equipa de Futebol, o Estádio interessa a essa mesma equipa e como tal deve seguir a mesma prática que



seguem os outros Clubes (lançar o projecto), pois é a estes que é atribuída a comparticipação do Estado e não à Câmara Municipal.

Seguiu-se uma breve troca de impressões, posto o que o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o OBJECTIVO 02 - CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES, tendo o mesmo merecido aprovação por unanimidade.

Seguiu-se uma declaração de voto da Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, nos seguintes termos: - " votámos a favor embora receando que a atribuição dos subsídios não tenha em conta a qualidade.

Temos também sérias dúvidas quanto à efectiva concretização das obras indicadas, devido ao seu elevado número".

#### OBJECTIVO 03 - ACÇÃO SOCIAL

Tomando a palavra o Vereador Victor Silva, procedeu à apresentação do objectivo em epígrafe dando nota dos programas nele inseridos os quais incidem nomeadamente na política de apoio à construção dos Centros Sociais de Eixo, Nariz, Costa do Valado, Aradas, Verba e Glória e à construção de sedes de Juntas de Freguesia, nomeadamente Cacia, S. Bernardo e S. Jacinto, as quais se pretende dotar com este tipo de equipamento.

Aberto o período de apreciação usou da palavra o Vogal Ferreira da Silva, para se manifestar quanto à exiguidade de verbas para dar cumprimento ao objectivo em análise, considerando-as curtas para os objectivos que se pretendem atingir.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, que reconheceu o esforço que a Câmara tem vindo a fazer no sentido de dotar as várias Freguesias com Centros Sociais. Considera importante que estas iniciativas se desenvolvam por todo o concelho só que não vê que nestes Centros Sociais estejam a ser instalados em zonas onde existem Bairros Sociais, onde entende que estes Centros Sociais, seriam mais úteis do que noutro lado qualquer.

Novamente no uso da palavra o Presidente da

Câmara considerou este Plano muito ambicioso, no entanto é preciso ver que uma grande parte do Plano é continuação de obras de grande volume. Concretamente o Centro Social de Nã Srã de Fátima, Centro Social de Eixo, que é para começar em oitenta e nove, de facto gerou-se uma certa situação que implicou até a alteração ao projecto. Estes trabalhos são na linha da política que aqui vem sendo referida há anos e que é a de dotar as zonas rurais mais afastadas do concelho com este tipo de equipamento e estamos a chegar neste momento à zona urbana, e logicamente depois debruçar-nos-emos sobre os Bairros Sociais.

Não havendo mais inscrições para usar da palavra, o Presidente da Mesa submeteu à votação o OBJECTIVO 03-AÇÃO SOCIAL, tendo o mesmo merecido aprovação por vinte votos a favor e uma abstenção.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Carlos Jerónimo nos seguintes termos: - "era para afirmar que votei favoravelmente este objectivo, depois das considerações que o Snr. Presidente achou por bem fazer de ser necessário não só levar estes Centros Sociais, às zonas mais carenciadas, como são os Bairros Sociais, como principalmente zelar para que a sua utilização seja dinamizada e não fiquem construções que em alguns casos custaram milhares de contos, como construções só exteriores, sem vida interior".

Seguiu-se também uma declaração de voto da Vogal Maria Antónia de Pinho e Melo, nos seguintes termos: - "enquanto o Centro Social de Eixo não estiver construído e enquanto todas as Freguesias não tiverem pelo menos um Centro Social, não votarei a favor este objectivo.

Se tivéssemos um mapa da distribuição dos Centros Sociais pelas Freguesias do concelho, veríamos que nalgumas áreas se verifica uma excessiva concentração, enquanto em outras há uma desertificação. É um desequilíbrio que se arrasta há muitos anos e que desejo ver resolvido em breve. Daí a minha abstenção".

#### OBJECTIVO 04 - SAÚDE

Usou da palavra o Presidente da Câmara, que fez a introdução deste objectivo, fazendo duas considerações mui-

to breves, nomeadamente quanto ao facto de se continuar a insistir que são as Câmaras que têm que fazer o equipamento de Saúde, o que a lei não esclarece devidamente, daí ter-se colocado duas referências - Apoio à construção e Equipamento de Postos Médicos; e Apoio à Construção do Posto Médico de Eixo, fazendo uma referência expressa a este último que efectivamente aguarda que tenha início ainda no ano de oitenta e nove.

Seguidamente o Presidente da Câmara deu conhecimento à Assembleia, de que não poderá estar presente amanhã na reunião da Assembleia, dado que compromissos inadiáveis o impedem de estar presente, pedindo por isso desculpas.

Aberto o período de apreciação ninguém se inscreveu para usar da palavra pelo que o Presidente submeteu à votação o OBJECTIVO 04 - SAÚDE, tendo o mesmo merecido aprovação por dezanove votos a favor e duas abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto da Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, exactamente nos termos da declaração feita anteriormente, pelo que se dá como transcrita.

Dado o adiantado da hora o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 24 Horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

*Francisco*  
*Silva*  
J. Mendes Gomes